

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Brasília 29 de agosto de 2016

ABERTURA E INFORMES

A 2ª reunião ordinária do Comitê Nacional de Direitos Humanos foi aberta pela Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, Flávia Piovesan, às 10h30min no Auditório Ana Paula Crosara, no Setor Comercial Sul, Quadra 09 Lote C Edifício Parque Cidade 8º andar. Também estiveram presentes o Secretário Adjunto, Embaixador Silvio Albuquerque, e o chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNPDDH), Frederico Coutinho.

A Secretária salientou que a Educação em Direitos Humanos (EDH) tem um papel poderoso transformador e será uma das prioridades da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Fomentar uma cultura pautada pela afirmação dos Direitos Humanos. A melhor resposta e antídoto para uma cultura de violações é a cultura de afirmação (promoção) de direitos. Demonstrou alegria, considerando o contexto delicado e complexo, em receber e ter este espaço da reunião e fez reconhecimento ao trabalho desenvolvido na Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos (CGEDH).

Fez destaque a duas ações:

- Temos duas iniciativas concretas que sinalizam e são indicadores do quanto valoramos este Comitê e essa pauta nessa Secretaria Iniciativa se refere a uma minuta preliminar do Pacto Universitário em prol da cultura da diversidade, e da cultura paz e dos Direitos Humanos, em parceria com o MEC, inspirado nas diretrizes formuladas na PUC-SP, uma iniciativa pioneira que já traz frutos naquela universidade. O tema está sendo visibilizadas, investigações sobre violações estão sendo realizadas, foi instituído um canal institucional para denúncia e há mudança de comportamento do corpo docente. Essa iniciativa teve um aspecto pedagógico no campo preventivo.

A iniciativa do Pacto começou com um pequeno grupo de instituições de educação superior para elaboração do texto inicial. Haverá consulta pública e a expectativa é de lançamento ainda em 2016. O pacto responde ao segundo eixo do PNEDH – educação superior, e há expectativa de realização de um pacto para a educação básica. O pacto tem como eixos:

- Ensino;
- Pesquisa;
- Extensão;
- Gestão;
- Convivência universitária e comunitária.

Há preocupação sobre o acompanhamento do Pacto, com rigor metodológico para estabelecimento de mecanismos de implementação e acompanhamento. O texto está em versão preliminar e convocou o CNEDH para contribuição antes do lançamento para consulta pública.

- Iniciativa do pacto de EDH no setor judiciário. O PNEDH tem um eixo específico para educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança. Houve reunião com a futura presidente Ministra Carmen Lúcia, do Superior Tribunal Federal, e o tema de educação em direitos humanos no judiciário foi trabalhado, inclusive um edital para instituir o concurso de sentenças exemplares no trato de proteção e promoção dos direitos humanos. No âmbito do poder judiciário, estão sendo realizados vários diálogos com atores que operam a justiça – promotores, defensoria pública, a meta também é estreitar vínculos com a OAB.

Aos poucos, vão sendo pavimentadas medidas que consolidam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. O CNEDH é um espaço valorizado e no qual é depositada esperança para o estabelecimento de uma construção que permita a implementação do PNEDH.

A Secretária passou a palavra ao **Embaixador Silvio Albuquerque**. O Embaixador deu boas vindas a todos. Destacou que, apesar de vários países terem ratificado os acordos sobre Direitos Humanos, ainda são verificadas violações em várias localidades. Citou o exemplo das Filipinas, onde o governo realizou incentivo ao assassinato de traficantes de drogas e há sobrelotação de penitenciárias com pessoas presas sem acusação formal. Se os direitos assegurados na Declaração Universal de 1948 forem garantidos, será um grande avanço na redução a violações. A realização da EDH em todos os níveis permite a formação da cultura em direitos humanos a todos os cidadãos.

Frederico Coutinho, chefe de gabinete da SNPDDH, salientou o papel do gabinete em apoiar as atividades do CNEDH.

Foram iniciadas as apresentações dos presentes:

- **Danilo Vergani** - Secretaria Executiva da SEDH destacou como a EDH será um dos pilares desta nova gestão.
- **Bianca Mota de Moraes** – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, representando o CNMP. Faz parte da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP, citou que o tema de educação em direitos humanos é recente no âmbito do CNMP.
- **Daniella Veyga** – Diretora LGBT da UNE, destacou que a UNE pauta estas questões todos os dias. Destacou a fala da Secretária Flávia Piovesan sobre a necessidade de realização de diálogos fora da SEDH, principalmente junto ao Supremo sobre as questões como uso de banheiro, que afetam escolas e universidades; a interdição para doação de sangue por LGBTs; o estabelecimento de diálogo com o Congresso Nacional; inclusão do tema de Direitos Humanos em concursos públicos e em escolas. Destacou o avanço do conservadorismo no Congresso e o atentado realizado em Orlando, EUA, e a dificuldade de avançar nestas questões com o avanço do conservadorismo em projetos, a exemplo do Escola sem Partido. A universidade é formadora de opinião e é política. A educação deve ser inclusiva, formadora de opinião, e os estudantes devem ser pensadores e com formação de suas opiniões.

- **Flávia Piovesan** fez registros em resposta à fala: o tema LGBT é um dos temas priorizados e citou que, na conversa com a Ministra Carmen Lúcia houve sinalização de que a temática LGBT também será priorizada no Conselho Nacional de Justiça em sua gestão, com possibilidade de realização de seminário em parceria com a SEDH em comemoração aos 15 anos do Conselho LGBT, com painéis que contemplam diagnóstico e estratégias para avançar no tema.
- **Liorcino Mendes Filho (Léo Mendes)** – Movimento Nacional de Direitos Humanos fez registro sobre a conjuntura política, que classifica como realização de um golpe, e registrou que o MNDH sinalizou que haveria retrocesso para os Direitos Humanos com o rebaixamento da SEDH de Ministério para uma Secretaria no Ministério da Justiça e Cidadania. Demonstrou também preocupação com a audiência de Alexandre Frota no Ministério da Educação e o encerramento do Programa Nacional de Alfabetização. Citou que não há educação em direitos humanos sem alfabetização. Pediu que a Secretária Flávia Piovesan lute pelos Direitos Humanos dentro do governo, com destaque para a população LGBT e a criminalização da LGBT-fobia, o cessar de mortes contra LGBT. A expectativa no MNDH é lutar bravamente no CNEDH e em outros espaços para que os direitos conquistados duramente pela população brasileira não sejam retirados, e pela EDH.
- **Livia Andrade Pinheiro** – Assessora da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Cidadania, citou a importância de participação do MJC no CNEDH, uma vez que o Comitê é uma forma de canalizar políticas públicas. Destacou os direitos humanos na formação de policiais.
- **Daniel Ximenes** – Diretor na Secadi, do Ministério da Educação. Destacou a parceria com a SEDH para um desafio comum, a educação em direitos humanos nas instituições de educação superior, uma ação de extrema relevância. Para trabalhar com a temática de EDH é necessário avançar com institucionalidade, trabalhando de forma estratégica, fazendo com que as instituições absorvam o conteúdo e o disseminem dentro de seus espaços. Sobre o pacto universitário, citou a autonomia das instituições. A possibilidade de participação das instituições de educação superior, não apenas de universidades, pode criar condições de que os cursos de formação e materiais didáticos possam ter mais sentido e entrem na política da instituição, por meio da necessidade de estabelecimento de um comitê gestor para as instituições signatárias do pacto. Será necessário fazer acompanhamento do assunto, respondendo a uma instância nacional do pacto. A dinâmica de hoje, que está fragmentada, pode ganhar uma institucionalidade maior na educação superior para absorver o tema. Citou que o Ministro da Educação se posicionou contra o projeto “Escola sem Partido”.
- **Fábio Eon** – Coordenador de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO citou a honra da UNESCO em participar da reunião desde o seu início e na construção do PNEDH. Em nível internacional, a UNESCO é parceira do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos na implementação do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos e pode contribuir no intercâmbio de experiências internacionais para o Brasil e experiências do Brasil para outros países. A UNESCO e a SEDH têm acordos de cooperação vigentes, e o de EDH teve 10 anos de vigência, contemplando apoio técnico e contratação de consultorias.

- **Francisca Rodrigues de O. Pini** – Instituto Paulo Freire. Há que se resistir aos retrocessos, e o CNEDH é uma forma de irmanar esforços para seguir adiante. A tarefa do IPF é de acumular forças e levar para São Paulo contribuições à elaboração do plano estadual dos Direitos Humanos. Conta com a contribuição do Comitê para tal. Participam do Comitê Estadual de Direitos Humanos, que hoje não conta com nenhuma participação do governo estadual. Entende que o CNEDH é um espaço estratégico para trazer diretrizes para os estados na sua formulação dos planos.
- **Professora Maria de Nazaré Tavares Zenaide** – Universidade Federal da Paraíba se solidariza com a crítica ao momento vivenciado e a necessidade da política pública atravessar governos. A bandeira dos direitos humanos sempre teve a capacidade para ir além dos partidos políticos, mas há grandes desafios. Citou a onda de violência nas escolas e universidades a mulheres, LGBT e negros. Foi criado Observatório sobre a violência na UFPB, e o Ministério Público tem feito papel de mediação. Os agentes de segurança das universidades são contratados, e não concursados, e sua formação não conta com conteúdos referentes a direitos humanos, e este tema deveria estar no pacto universitário. Há necessidade de dialogar com conselhos e secretarias de educação. Não houve encontros com os gestores de educação e é necessário fazer sensibilização deste grupo. O desafio é que a política de Direitos Humanos deve atravessar governos, e lutar, dentro das instituições, para conter retrocessos. Sobre o projeto “Escola sem Partido”, citou que há professores em sua universidade que dão a questão como dada. Os posicionamentos da SEDH e do MEC são importantes. Destacou também os dois grandes desafios da formação inicial e da formação continuada. Falou sobre a educação para o Direito à Memória e à Verdade, sobre o papel da Mostra Cinema e Direitos Humanos e sobre a construção de uma justiça de transição por meio da educação. Fez sugestão de que a relação com o estado seja realizada com as secretarias estaduais de educação. A revisão do PNEDH deve ouvir os vários segmentos da sociedade. Por fim, falou sobre a necessidade de fortalecimento da educação em penitenciárias, pois classificou como lamentável educação nas prisões. O que não está garantido e tudo está garantido menos o acesso do preso à educação.

Secretária Flávia Piovesan destacou a fala de que a política de direitos humanos deve atravessar os governos (entre aspas) e fez o compromisso de uma entrega a tudo que estiver ao seu alcance. As pautas são as mais diversas de Registro Civil até Pessoas Idosas. Deu o seu testemunho falando da importância dos Conselhos e Comitês como acesso democrático as políticas públicas. Ressaltou que nesse espaço todos são arquitetos e arquitetas, e esse é o momento de desenhar o diagnóstico. Sobre o Escola sem Partido disse que a escola tem que ter o partido dos Direitos Humanos e passar por todo base. Citou a continuidade da Mostra Cinema e Direitos Humanos e o seguimento do relatório da Comissão Nacional da Verdade, com criação de um grupo de trabalho em curto prazo para a implementação das recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade lançado em dezembro de 2014.

- **Fernanda Brandão Lapa** – Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos, citou que o IDDH trabalha há dez anos com a implementação do PNEDH. Citou dois pontos estrategicamente importantes para o Comitê, por ser um espaço para pensar políticas estruturantes: i) fomentar e fortalecer os comitês estaduais e municipais de EDH. Falou

sobre a ausência de diálogo da Secretaria e do CNEDH para os estados e municípios sobre a questão; ii) instrumentos de avaliação do PNEDH, e encontrou dificuldade para encontrar indicadores para acompanhamento da EDH. Relatou que o Brasil não apresentou relatório de implementação de EDH no âmbito do MERCOSUL. Instrumentos de avaliação seria uma herança importante do CNEDH. Existem propostas de indicadores, que estão sendo pensadas internacionalmente, que o Comitê pode aproveitar.

- **Adriana Rigon Weska** – da OEI, ressaltou a importância da temática de EDH. Destacou o envolvimento das universidades, sem perder de perspectiva a educação básica e o sistema de justiça. O Plano Nacional de Educação-PNE é um instrumento norteador de estado. Das 22 metas, 18 passam pela educação superior, o que não significa que a educação superior seja mais importante que a educação básica, mas é a forma como se trata a formação. Disse que teve a oportunidade de trabalhar durante oito anos com a educação superior no MEC. É necessário encontrar formas de sensibilização e envolvimento, de maneira a crescer na temática por meio de. Há acúmulo de materiais publicados, material escrito sendo, por isso, necessário avançar no envolvimento. Citou a alternativa apresentada pela SEDH, nos diálogos com o STF, e outras classes. Como representante da OEI, se colocou à disposição para colaboração, garantir a execução das ações e realizar disseminação para os países Ibero-Americano Citou como exemplo a atuação na Colômbia de um Instituto de Desenvolvimento em Educação em Direitos Humanos dada a importância desta temática para a OEI.
- **Fernanda Reis Brito** – Coordenadora-Geral de Educação em Direitos Humanos, também ressaltou a prioridade que está sendo dada à Educação em Direitos Humanos, a reconhecimento que a Secretária Flávia Piovesan recebeu as ações que estavam em curso e reafirmou as novas ações em andamento, com o pacto universitário e com o Conselho Nacional de Justiça. Sobre a revisão do PNEDH, citou o fortalecimento do acompanhamento e a atualização com as novas normativas prioritárias para a EDH – as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos e o PNDH-3. Sobre o Pacto Universitário, é esperada a contribuição do CNEDH na sua construção. Está sendo ajustada versão preliminar com o MEC (que conta com a participação de várias Secretarias internas) para compartilhamento com os membros do CNEDH. Por fim, citou a realização da 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos e a realização da 22ª edição do Prêmio Direitos Humanos. O regulamento e o edital serão lançados e contamos com o Comitê para a divulgação do tema.

Também se apresentaram da SEDH Clarice Gosse, Thais Ribeiro, Valéria Sperandio, Michelle Mota e Rommeine Santos de Andrade.

BALANÇO SOBRE AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS CONJUNTAS

O balanço sobre as Conferências Nacionais Conjuntas foi apresentado pela Coordenadora-Geral de Educação em Direitos Humanos, **Fernanda Reis Brito**.

Foi realizada sugestão para sistematizar as propostas por tema, conforme a previsão dos grupos de trabalho, com abertura da palavra para considerações.

Foram colocadas a crivo do Comitê duas sugestões: colocar as propostas, de acordo com cada competência do CNEDH, em Grupos de Trabalho ou Comissões de acordo com o tema; criar um GT específico para trabalhar estas propostas.

Profa. Nazaré fez proposta de que o CNEDH leia todas as propostas aprovadas nas Conferências Nacionais Conjuntas, pois a EDH é uma temática transversal.

Ficou deliberado que as propostas resultantes das conferências serão encaminhadas para um GT específico.

A reunião foi encerrada às 13h, com expectativa de retomada às 14h.

A reunião foi retomada às 14h20, com abertura pela Secretária Especial de Direitos Humanos. A palavra foi passada à Coordenadora-Geral de Educação em Direitos Humanos para início dos trabalhos sobre o planejamento do 2º semestre de 2016.

PLANEJAMENTO DO 2º SEMESTRE DE 2016

Foram apresentados os cinco objetivos, conforme documento em anexo:

1. Reinstalar o CNEDH;
2. Afirmar e fortalecer a Democracia a partir da Educação em Direitos Humanos;
3. Contribuir para a revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos;
4. Contribuir para a implementação, divulgação, monitoramento e avaliação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
5. Subsidiar a avaliação e o monitoramento da implementação do Eixo V do PNDH-3.

Flávia Piovesan fez sugestão de inclusão do item “adoção de indicadores” no item 1.2.4 do planejamento. Mencionou que há trabalho na ONU sobre a questão.

Profa. Nazaré mencionou que há trabalho sobre levantamento de indicadores em direitos humanos com participação do IPEA. Solicitou informação balanço a respeito de materiais didáticos produzidos e professores capacitados e realização de diagnóstico, para formação de política pública. Fez destaque para a diferença entre indicadores para educação e para direitos humanos.

No item 1.2.4, **Flavia Piovesan** destacou que há um excelente convite para realização de um diagnóstico sobre o PNEDH, pois a revisão precisa de compreensão sobre o que foi realizado. Há ações realizadas, mas há dispersão.

Daniel Ximenes, do MEC, destacou que há tradição de visibilizar programas mais tradicionais, e que há uma dificuldade própria da política pública indicadores de monitoramento para temas não quantitativos. O trabalho do IPEA pode auxiliar na seleção de indicadores que deem pistas sobre a efetividade das políticas.

As considerações sobre o item 1 do planejamento foram finalizadas.

Para o item 2 foi realizada proposta para o segundo ponto sobre ampliação da análise para todas as propostas aprovadas em todas as conferências nacionais conjuntas com interface com a educação em direitos humanos.

As considerações sobre o item 2 do planejamento foram finalizadas e passou-se para o item 3.

Francisca Pini fez consideração sobre o item 3.1.3 – alterar o prazo da consulta pública (setembro e outubro considerado como pouco tempo), identificar os interlocutores nos estados, e considerar que o processo é mais importante do que o conteúdo final, de maneira a aproximar o debate da EDH nos territórios do Brasil. Deve ser criado um processo pedagógico e participativo para haver incidência na revisão.

Flávia Piovesan indicou que haverá duas reuniões estratégicas para alimentar este processo: gestores de direitos humanos, a ser realizada no final de setembro de 2016; a segunda com o MEC, em novembro, após o lançamento do pacto universitário, com gestores de educação. É importante mapear e avaliar quais são os atores que devem participar do processo de revisão do PNEDH.

Daniel Ximenes falou sobre o êxito dos pactos universitários e educação básica e como eles poderão contribuir para este processo, pois uma parcela da rede estaria no debate. Reforçou a tese da institucionalidade, tocada pelas duas frentes: educação superior e educação básica.

Professora Nazaré lembrou que a ONU solicita revisões nacionais. Inicialmente havia necessidade de identificar órgãos que tem a secretarias e órgãos colegiados de direitos humanos. Ou Assembleias legislativas ou Câmaras municipais que tinham comissão de Direitos Humanos. Foi feita uma reunião com os presidentes das Comissões de Direitos Humanos que se comprometeram em fazer audiências públicas. Em seguida pensou em mapear as redes (escolas de polícia militar e polícia civil, magistratura, sociedade civil, etc.). Perguntou destes órgãos quem não podem ficar fora da consulta pública. Onde há conselhos, seria importante promover reuniões.

Fernanda Lapa fez questionamento sobre a possibilidade de compartilhamento do produto de consultoria sobre o mapeamento de comitês estaduais e municipais de 2013 a 2015.

Fernanda Reis destacou que uma conclusão deste mapeamento é que o funcionamento dos comitês ficou condicionado ao financiamento por meio de recursos do governo federal, e que o comitê precisa ser um órgão articulador por natureza, sem necessariamente estar vinculado a recursos. Destacou proposta em elaboração no âmbito da CGEDH para implementação de um fórum nacional permanente de articulação entre os comitês, pois existe carência de diálogo.

Profa. Nazaré destacou a leitura política da realidade dos estados e a liberdade de cada comitê estabelecer sua composição. Lembrou o processo histórico de implementação dos comitês com apoio de recursos do governo federal e a destinação de recursos para universidades, fez avaliação crítica sobre o processo e a necessidade de relação entre a temática de direitos humanos e educação. Falou sobre a importância de o estado fazer sua parte, pois o processo de fortalecimento dos comitês não deve ser um processo informal, de militância, mas requer compromisso do poder público.

Daniella Veyga apontou considerar uma boa ideia a formação de um fórum permanente dos comitês e que a ideia deve ser amadurecida no âmbito do Comitê.

Passou-se para o debate sobre a revisão das atividades para as consultas públicas de revisão do PNEDH, com sugestão de realização de uma reunião por região.

Fernanda Lapa lembrou a realização das eleições municipais até o mês de outubro de 2016.

Flávia Piovesan fez sugestão de que o 2º semestre de 2016 tenha como foco trabalhos internos de levantamento de diagnóstico e realizar reuniões com gestores e gestoras de direitos humanos e com secretários e secretárias de educação. A realização das consultas poderiam ser realizadas no primeiro semestre de 2017, realizando um diagnóstico com mais qualidade e com levantamento da rede que deverá participar do processo.

Sugestão de alteração do calendário:

- Ação 3.1.2 – prazo até a próxima reunião do CNEDH, quando o comitê deve aprovar o resultado.
- Avaliar os próximos passos para o planejamento de 2017.

Profa. Nazaré sugeriu a incorporação dos relatórios das conferências no diagnóstico.

As considerações sobre o item 3 do planejamento foram finalizadas e passou-se para o item 4.

No item 4.1.2, **Flávia Piovesan** destacou a importância de se ter a memória das experiências exitosas de EDH, talvez por meio das reuniões regionais e por meio de publicações, editadas pelo Comitê. A ação deve contemplar o levantamento, o diagnóstico, a sistematização e a publicação destas ações exitosas.

Profa. Nazaré sugeriu a inclusão de diálogo com entidades representativas, com reflexo no diálogo com as secretarias estaduais, para a implementação das diretrizes para educação em direitos humanos.

Fernanda Brito ressaltou que Consed e Undime são membros permanentes do CNEDH.

Daniel Ximenes ressaltou a necessidade de estabelecimento de metodologia para avaliação da implementação de um tema deste alcance. O modelo de difusão das diretrizes tem limitações, considerando a natureza de cada uma das instituições. É necessário compreender melhor a estratégia dos pactos universitário e de educação básica, pois ela cria uma institucionalidade mais amarrada para a difusão e apropriação da temática nas redes. Estas experiências permitirão ter melhor diagnóstico para avaliação sobre as diretrizes. O pacto seria uma estratégia para amarrar melhor os atores para o processo de implementação, divulgação, monitoramento e avaliação das diretrizes nacionais para a EDH.

Francisca Pini sugeriu então o desdobramento do item 4 em 3 partes: implementação, divulgação e acompanhamento. As ações 4.1.1 a 4.2.3 focam em divulgação, havendo necessidade de reforço em implementação e acompanhamento. A organização seria: 4.1. Implementação e divulgação; 4.2. Pacto Universitário; 4.3. Monitoramento, com inclusão de indicadores.

Foi realizada proposta de criação de GT para elaboração de indicadores de monitoramento para as diretrizes nacionais para educação em direitos humanos.

As considerações sobre o item 4 do planejamento foram finalizadas e passou-se para o item 5.

Sobre o Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, **Adriana Weska** informou que ainda não há definição das diretrizes para a premiação ibero americana. No Brasil, OEI, MEC e SEDH já estão em articulação e ficou acertado que o vencedor do prêmio no Brasil seja considerado para a premiação internacional. Lembrou que a Profa. Gina, especialista no CNEDH, foi vencedora do prêmio ibero americano, e há previsão de divulgação e replicação da iniciativa da Profa. Gina no Distrito Federal e em municípios de fronteira.

Flavia Piovesan ressaltou a importância de se ter um diagnóstico das institucionalidades – quais estados têm conselho/comitê de educação em direitos humanos, planos estaduais de educação em direitos humanos e institucionalidade no poder executivo dos estados.

Profa. Nazaré sugeriu a elaboração de um mapa de todas as institucionalidades relacionadas ao tema direitos humanos em cada estado, com contribuição de todo o CNEDH para esta construção.

Flavia Piovesan, considerando a reunião com a Ministra Carmen Lucia, as ações para EDH no poder judiciário, e previsão de realização de diagnóstico no âmbito do judiciário, fez sugestão para levantamento sobre a inclusão da temática de Direitos Humanos no sistema de justiça. Seria importante ter o estado da arte em instâncias estratégicas – Depen, secretarias de segurança, etc..

A apresentação da proposta de planejamento foi finalizada.

Fernanda Lapa destacou a menção ao GT de implementação do PNDH-3 no planejamento, mas não há indicação deste GT na proposta de GTs e comissões. O item será corrigido.

Flávia Piovesan fez questionamento sobre a memória da última reunião e sobre a vinculação para a definição dos GTs conforme o levantamento das sugestões da 1ª Reunião Ordinária. A sugestão é de pensar a quantidade de membros o CNEDH e quantos GTs são sustentáveis. O Comitê tem 17 membros efetivos e 6 convidados permanentes, no total de 23 membros.

Com a finalização do planejamento, foi sugerido o adiantamento do debate sobre as comissões temáticas e os grupos de trabalho.

Profa. Nazaré fez sugestão de encaminhar o regimento interno diretamente à plenária, sem a necessidade de instalação de um GT para o regimento interno. Todos concordaram com a proposta.

Chegou-se em consenso para os seguintes grupos de trabalho:

- Revisão do PNEDH – deve ter indicadores, considerar o acumulado de todas as conferências, as ações do PNDH-3 em EDH, não apenas no Eixo V, e apresentar indicadores de acompanhamento.
- Implementação das Diretrizes Nacionais para EDH: contempla o pacto universitário.
- Criação, fortalecimento e acompanhamento de instâncias colegiadas e governamentais de Educação em Direitos Humanos nos estados e municípios;

- Articulação institucional e internacional – MERCOSUL, ONU, OEA, dentre outros;
- Legislação e agenda parlamentar.

Flavia Piovesan, a respeito do GT sobre comitês estaduais de EDH, sugeriu a ampliação do escopo para as diversas institucionalidades e incluir o âmbito municipal.

Profa. Nair Bicalho reforçou que os dados sobre os comitês estão muitos dispersos e não permitem um diagnóstico conciso. A falta de recursos nos últimos anos deixou os comitês em trabalho voluntário. Destacou a necessidade de haver uma reunião entre o CNEDH e os comitês estaduais.

Fernanda Brito lembrou a proposta em elaboração no âmbito da CGEDH para estabelecimento de um fórum permanente entre os conselhos estaduais, o papel articulador da SEDH e a inviabilidade orçamentária de se viabilizar recursos para comitês nas 27 unidades federativas.

Fernanda Brito fez sugestão de excluir GT sobre a Escola Nacional de EDH, pois é uma proposta ainda em maturação.

Profa. Nazaré fez pergunta a Flavia Piovesan sobre previsão de reunião com comitês estaduais de Direitos Humanos.

Flavia Piovesan respondeu que conversará com o Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre esta articulação. Ressaltou que as institucionalidades são diversas e é simpatizante da ideia de criação de um laboratório de experiências edificantes, oferecendo uma base sólida para criação da Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2017. Assim, o esforço de garimpar o que há de iniciativas é prévio ao GT sobre a Escola Nacional, reforçando o trabalho do GT sobre institucionalidades estaduais e municipais de EDH.

Profa. Nazaré lembrou que o Prof. Paulo Carbonari colocou que nos estados que tem conselhos estaduais e são órgãos da política pública se não seria importante que se fizesse uma ponte entre os comitês e os conselhos falou sobre a necessidade de levantamento destas iniciativas no país inteiro. Citou exemplo de ação conjunta entre CONANDA e MEC para levantamento sobre divulgação de experiências no ensino básico. O mesmo poderia ser feito para EDH.

Daniel Ximenes falou sobre a previsão de portal nos pactos universitário e básico para EDH como experiência para elaboração de uma plataforma futura da natureza destacada pela Profa. Nazaré.

Foi realizado questionamento sobre se a articulação institucional e internacional não deveria ser uma comissão permanente.

Profa. Nazaré lembrou o processo de formação da comissão de cultura e educação em direitos humanos na RAADH, sob a presidência *pro tempore* do Brasil, quando foi realizado o primeiro encontro de educação em direitos humanos no MERCOSUL. Neste momento, foi feito um plano de ação e que a cada 2 anos seria feito um encontro. Houve realização de encontro apenas no Brasil e no Uruguai e não houve continuidade.

Fernanda Lapa fez relato sobre a construção das diretrizes de EDH no Mercosul, uma demanda da sociedade civil. A ideia inicial era de um plano de EDH, mas em seguida houve entendimento de

que um plano previa ações, logo, seria melhor elaborar diretrizes. O IPPDH recebeu o mandato de elaborar uma proposta de diretrizes. Em outubro haverá uma consulta pública no Uruguai, com resultado a ser apresentado ao órgão diretivo do MERCOSUL para aprovação. Ressaltou que não havia um ponto focal para a temática internacional na CGEDH e ressaltou a dificuldade de diálogo dentro do governo (SEDH, Itamaraty) para as respostas a organismos internacionais.

Flavia Piovesan fez sugestão de concretização desta instância – articulação institucional e internacional – para dar mais foco. Uma maneira seria precisar o mandato do GT.

Fernanda Brito levantou questão sobre se a proposta de comissões temáticas por eixos do PNEDH é a mais pertinente. Foi ressaltado que para as temáticas de educação básica e superior estão contempladas nos GTs, e há maior carência para educação e mídia.

Vanderlene, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações, falou sobre a reestruturação do Ministério e que levará os resultados das reuniões do CNEDH sobre o tema de educação e mídia para avaliação interna no Ministério.

Daniel Ximenes falou sobre os tempos de resposta para solicitações e as metodologias de trabalho para as instâncias do Comitê.

Profa. Nazaré destacou que a ANDI – Comunicação e Direitos (organização da sociedade civil) realizou um estudo sobre mídia e direitos humanos. Irá mapear documentos sobre a temática em seus materiais. Fez sugestão de retomar diálogo com ANDI.

Flávia Piovesan destacou a violência na mídia e a violência a jornalistas. Considera relevante mapear atores relevantes nesta questão. Em comparação aos demais eixos do PNEDH, o eixo de educação e mídia deve ser o mais carente.

Vanderlene ressaltou que não está dentre as atribuições do Ministério de Comunicações a regulação de mídia, apenas a concessão de outorga de uso. O controle de conteúdo não é competência do Ministério.

Após discussão, foi deliberado que as comissões permanentes serão divididas pelos eixos do PNEDH e que articulação institucional e internacional, e legislação e agenda parlamentar serão grupos de trabalho.

Em seguida, foi realizada pausa de 15 minutos

No retorno, passou-se para a composição das comissões temáticas e dos GTs.

A proposta é de que cada entidade participe de uma comissão e um GT, no total de 5 membros por instância.

Daniel Ximenes fez questionamento sobre possibilidade de ampliação da participação do MEC contemplando a suplência e mais um técnico, de maneira a participar do maior número de grupos possível.

Houve acordo sobre a proposta do MEC e foi realizada a divisão dos membros presentes entre as comissões e grupos de trabalho

Comissão	Composição
Comissão Educação Básica	<ol style="list-style-type: none"> 1. MEC 2. IDDH 3. Profa. Nazaré - Especialista 4. Profa. Gina – Especialista (sugestão) 5.
Comissão Educação Superior	<ol style="list-style-type: none"> 1. MEC 2. IFIBE 3. Profa. Nair Bicalho – Especialista 4. UNE 5. Unisinos
Comissão Educação Não Formal	<ol style="list-style-type: none"> 1. IPF 2. SEDH 3. MinC (sugestão) 4. 5.
Comissão Educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança	<ol style="list-style-type: none"> 1. MNDH 2. MJC 3. CNMP 4. MEC 5.
Comissão Educação e Mídia	<ol style="list-style-type: none"> 1. MEC 2. OEI 3. Unesco (sugestão) 4. MinC (sugestão) 5. Flacso
Grupo de Trabalho	Composição
GT Atualização do PNEDH	<ol style="list-style-type: none"> 1. Profa. Nazaré - Especialista 2. IFIBE (sugestão) 3. UNE 4. Flacso 5.
GT Implementação das Diretrizes Nacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. MEC 2. MJC 3. CNE (sugestão) 4. CONSED (sugestão) 5. Undime (sugestão)
GT Criação, fortalecimento e acompanhamento de instâncias colegiadas e governamentais de Educação em Direitos Humanos nos estados e municípios	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nair Bicalho – Especialista 2. IPF 3. SEDH 4. MEC 5. CNMP
GT Articulação Institucional e internacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. SEDH 2. OEI 3. Unesco (sugestão) 4. IDDH 5. MNDH
GT Legislação e agenda parlamentar	<ol style="list-style-type: none"> 1. MEC 2. SEDH 3. MJC

Comissão	Composição
	4. 5.

Para os membros que não estiveram presentes à reunião e para as sugestões realizadas será realizada consulta para confirmação.

Ficou acordado que a reunião no dia 30/08/2016 será iniciada às 9h.

30 de agosto de 2016

A reunião foi iniciada às 9h30, com boas vindas pelo Embaixador **Silvio Albuquerque**. Em seguida, a palavra foi passada para Fernanda Brito.

Adriana Weska solicitou a palavra para fazer sugestão de revisão das comissões permanentes e dos grupos de trabalho, de maneira a garantir que todos eles tenham membros experientes para otimizar os trabalhos. A sugestão foi acatada.

Em seguida, passou-se à leitura da proposta de regimento interno.

REGIMENTO INTERNO

A proposta de regimento interno, com comparativo ao regimento estabelecido por meio da Portaria nº 98, de 9 de julho de 2003, foi encaminhado previamente por e-mail aos membros do CNEDH.

Foi realizada leitura de cada um dos itens do regimento interno, com apontamento de alterações e sugestões para cada um deles ao longo da leitura. Foi ressaltado que o produto final deste debate será avaliado pela assessoria jurídica da SEDH.

Profa. Nair Bicalho ressaltou o papel da SEDH na promoção da educação popular, lembrando que a educação formal é de competência do MEC. Também destacou que o CNEDH deve fortalecer sua aproximação com o MEC para garantir a implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Fernanda Reis Brito salientou que a aproximação com o MEC está se fortalecendo e agradeceu a presença de Daniel Ximenes, representante daquele Ministério.

Daniel Ximenes ressaltou a abordagem para formação de uma política estruturante, que abarca a produção de materiais.

Adriana Weska destacou que o CNE elaborou um conjunto de diretrizes, que muitas vezes não são aplicadas. Se a implementação for componente da avaliação dos cursos, seria possível colher resultados em todo o ensino. A sugestão é analisar de maneira pormenorizada o processo de avaliação, além de verificar como a informação está sendo coletada no censo da educação. Esta temática vai prescindir de dados, que podem ser transformados em informações e agregação de

conhecimento pelo CNEDH e pela SEDH. Fez proposta de inclusão da temática no censo de 2018, pois o censo de 2017 já está fechado.

Daniel Ximenes concordou com a sugestão realizada por Adriana Weska. Sua tese é de que estas frentes se fortalecem, com a parceria entre a SEDH e o MEC, com a institucionalidade.

Sobre a competência IX do segundo artigo da proposta de regimento interno, Profa. Nazaré destacou achar necessário incluir o aspecto da formação.

A deliberação sobre a questão foi incluir uma nova competência com atividades de formação e foi iniciada discussão sobre a redação do item. A redação final acordada foi:

X – incentivar e apoiar ações de formação inicial e continuada orientadas pela educação em direitos humanos no âmbito da educação básica, superior, da educação não-formal, da educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança e de educação e mídia.

Sobre a composição, **Vanderlene** destacou que o Ministério da Ciência, da Tecnologia e das Comunicações não tem dentre suas competências a regulação da mídia. **Fernanda Reis Brito** falou sobre a questão social das concessões públicas de rádio e televisão, com a possibilidade de início de diálogo a partir do CNEDH. Vanderlene ressaltou que a questão dos conteúdos fica descoberta.

Daniel Ximenes destacou que, com a recepção do Ministério das Comunicações pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, novas instâncias são destacadas com possibilidade de contribuição ao CNEDH, com o acréscimo do CNPq e novas oportunidades poderão se abrir. ..

Embaixador Silvio falou sobre a sugestão de inclusão da Secretaria de Comunicação Social (SECOM) no CNEDH, Embaixador Sílvio destacou que a Secom é uma parceira da SEDH, não havendo necessidade de inclusão da Secom na Portaria que reestruturou o Comitê. A presença do Ministério da Ciência, da Tecnologia e das Comunicações faz sentido pelas concessões, e mesmo que o conteúdo não seja tratado diretamente por aquele Ministério, a interlocução é importante.

Leo Mendes pediu a palavra e apresentou sua opinião, como jornalista, de que não vislumbra alteração dos parâmetros de concessão, sendo, portanto, necessário realizar incidência junto à SECOM para garantir a inclusão da temática de Direitos Humanos em propagandas, com inclusão da Casa Civil, da SECOM ou do Comitê Nacional de Comunicação, vinculado ao Senado Federal, no CNEDH.

Vanderlene adicionou que não se pode esquecer a radiodifusão comunitária.

Fernanda Lapa, do IDDH, questionou se a Secom não poderia ser incluída entre os membros convidados permanentes. Bianca Mota, do CNMP, fez sugestão de inclusão da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG) como membros convidados permanentes.

Fernanda Brito fez resgate histórico sobre a reestruturação do CNEDH e indicou que uma composição muito numerosa poderia dificultar a operacionalização do Comitê, sem prejudicar o tratamento dos temas sob competência do Comitê. Assim, chegou-se à composição da Portaria nº 372, de 25 de agosto de 2015.

Foi sugerido que a composição dos convidados permanentes seja colocada como encaminhamento da 2ª Reunião Ordinária, para aprofundamento da reflexão, pois este não é um debate no âmbito do regimento interno, mas da portaria de instituição do CNEDH. A sugestão foi acatada por todos e consta como o encaminhamento nº 3.

Foi retomado debate sobre o funcionamento das comissões e GTs, com possibilidade de reunião no dia 30/08/2016 no período da tarde. Foi realizada sugestão de indicação de um coordenador para cada comissão e GT. O encaminhamento retirado foi de que a CGEDH irá encaminhar a composição para os membros que não puderam participar da reunião para finalizar a composição de cinco membros em cada instância. Daniel Ximenes sugeriu que cada grupo tenha um e-mail próprio para facilitar comunicação. As sugestões foram acatadas.

Francisca Pini sugeriu que a coordenação do CNEDH faça um cronograma para as comissões e GTs. Fernanda Brito respondeu que para o GT sobre revisão do PNEDH é importante fazer um calendário, mas o levantamento de atribuições de cada Comissão e GT é que definirá o cronograma, que deverá ser pensado em conjunto pelos integrantes de cada grupo.

A sugestão realizada pelo Prof. Carbonari por e-mail foi incluída como art. 9º do regimento interno.

Fernanda Lapa fez sugestão de inclusão de competência para fornecer subsídios à elaboração de relatórios e documentos submetidos a organismos internacionais. Embaixador Sílvio fez destaque de que esta competência é do poder executivo, mas que os relatórios produzidos para acompanhamento por organismos internacionais são submetidos a consulta pública, e que a sociedade civil pode realizar *shadow reports*, que confrontam a posição do governo brasileiro.

Profa. Nazaré pediu atenção na elaboração de relatórios sobre educação em direitos humanos com estreitamento de diálogo com o MEC para o levantamento de ações na temática, pois há mais ações do que as que estão sendo relatadas. Daniel Ximenes reforçou a questão destacando a dificuldade de diálogo entre Ministérios e a necessidade de estreitamento de diálogo, com afinidade entre as pastas. É preciso pensar como este estreitamento se dará operacionalmente. Embaixador Sílvio destacou que não há produção de relatórios internacionais sem a interlocução dentro do governo, em suas diversas instâncias, e com sociedade civil, para que o documento tenha legitimidade.

A proposta de regimento interno foi aprovada por aclamação.

Em seguida, a representante pelo CNMP, **Bianca Mota de Moraes**, fez apresentação sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão na temática de direitos humanos, em especial para educação em direitos humanos.

A revisão do PNEDH foi encaminhada para deliberação do GT sobre o tema, e a pauta da reunião foi considerada encerrada.

Foram definidos os coordenadores dos grupos e comissões.

Comissão/ GT	Coordenador(a)
Comissão Educação Básica	Profa. Nazaré
Comissão Educação Superior	Profa. Nair Bicalho
Comissão Educação Não Formal	SEDH

Comissão Educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança	CNMP
Comissão Educação e Mídia	Flacso
GT Atualização do PNEDH	IFIBE (sugestão)
GT Implementação das Diretrizes Nacionais para EDH	MEC
GT Criação, fortalecimento e acompanhamento de instâncias colegiadas e governamentais de Educação em Direitos Humanos nos estados e municípios	Instituto Paulo Freire – IPF
GT Articulação Institucional e internacional	IDDH
GT Legislação e agenda parlamentar	SEDH

A reunião foi encerrada às 13h, com expectativa de retomada às 14h30 para início informal dos trabalhos das comissões temáticas e dos grupos de trabalho.

ENCAMINHAMENTOS

1. Compartilhar o produto da consultoria sobre o mapeamento de comitês estaduais e municipais com os membros do CNEDH.
2. Apresentar levantamento sobre comitês e planos estaduais e municipais de EDH existentes.
3. Reavaliar composição dos convidados permanentes do CNEDH conforme as sugestões realizadas – SECOM, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG) e possibilidade de publicação de uma nova portaria.
4. Finalizar a composição de comissões e GTs e seleção de um coordenador para cada um deles.
5. Encaminhar a ata da reunião para todos os membros.
6. Encaminhar a composição atualizada do CNEDH e informação de todos os membros.